

Vulnerabilidade racial na sociedade contemporânea e saúde mental da população negra

Racial vulnerability in contemporary society and black population's mental health

Sebastião Luiz Barboza Fernandes¹, Pamela Cristina Silva¹, Bárbara Batista Silveira²

Resumo

Como citar esse artigo. FERNANDES, S. L. B.; SILVA, P. C.; SILVEIRA, B. B. Vulnerabilidade racial na sociedade contemporânea e saúde mental da população negra. *Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades*, Vassouras, v. 13, n. 1, p. 124-131, jan./abr. 2022.

Qualquer indivíduo que sofra agressão, opressão e violência, terá sua saúde mental afetada. O racismo, que é a crença da falsa superioridade de certas raças sobre outras, acaba justificando a desigualdade entre os grupos, oprimindo, agredindo e violentando. O objetivo geral deste trabalho foi estudar como a situação de vulnerabilidade da população negra pode afetar a sua saúde mental. O objetivo específico foi verificar como a Psicologia tem enfrentado tal desafio. Para tanto, a metodologia escolhida foi a revisão de literatura, sendo realizadas buscas de publicações científicas especializadas no tema, através de palavras chave, nas plataformas Scielo e Lilacs. O estudo verificou que as concepções racistas do século XIX e início do século XX, no que dizia respeito às características de personalidade ou perfil psicopatológico que se pretendia atribuir à população negra, ainda persistem na mentalidade da sociedade contemporânea, inclusive entre alguns profissionais de Saúde. Observa-se também, que existe pouca publicação acadêmica sobre o tema no Brasil, evidenciando-se a necessidade de mais estudos.

Palavras-chave: Racismo; Discriminação; Saúde Mental; População Negra.

Abstract

Nota da Editora. Os artigos publicados na Revista Mosaico são de responsabilidade de seus autores. As informações neles contidas, bem como as opiniões emitidas, não representam pontos de vista da Universidade de Vassouras ou de suas Revistas.

Any individual who suffers aggression, oppression and violence will have their mental health affected. Racism, which is the belief in the false superiority of certain races over others, ends up justifying inequality between groups, oppressing, assaulting and violating. The general objective of this work was to study how the situation of vulnerability of the black population can affect their mental health. The specific objective was to verify how Psychology has faced such a challenge. For this, the methodology chosen was the literature review, with searches of scientific publications specialized in the subject, through keywords, on the Scielo and Lilacs platforms. The study found that the racist conceptions of the 19th and early 20th centuries, with regard to the personality characteristics or psychopathological profile that was intended to be attributed to the black population, still persist in the mentality of society in general, and what is worse, among some health professionals. It is also observed that there is little academic publication on the subject in Brazil, evidencing the need for more studies.

Keywords: Racism; Discrimination; Mental health; Black population.

INTRODUÇÃO

A partir da pesquisa realizada por este estudo, nota-se que a literatura científica especializada indica que a população negra tem sido, desde o período escravocrata até os dias atuais, afetada pelo racismo estrutural que conduz a teia das relações institucionais, políticas, jurídicas, econômicas e familiares. Tal fato ocorre porque o racismo regula a distribuição desigual de recursos, além de conceder um acesso piorado à saúde, educação, habitação, justiça e trabalho entre a população branca e a negra.

A discriminação é percebida a todo momento nas relações que se dão no cotidiano, pois é comum as situações de horror a que está submetida a população negra, como mortes violentas na juventude,

Afiliação dos autores:

¹ Graduando do Curso de Psicologia, Universidade de Vassouras, Vassouras, Rio de Janeiro, Brasil.

² Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de São Paulo, Universidade de Vassouras, Vassouras, Rio de Janeiro, Brasil.

* Email de correspondência: pamy_korn@outlook.com

Recebido em: 21/04/21. Aceito em: 14/05/21.

encarceramento, exposição constante a situações perigosas, humilhantes, e até mesmo constrangedoras. E tal fato se dá desde a mais tenra idade, o que acaba se associando a um adoecimento psíquico e físico entre os negros. Diante do exposto, o objetivo do presente trabalho foi estudar como a situação de vulnerabilidade da população negra pode afetar a sua saúde mental.

Para tanto foi realizada uma revisão de literatura científica especializada no tema, onde se buscou autores que subsidiassem o objeto proposto. Os estudos foram conduzidos partindo-se do entendimento de que no Brasil, o racismo é velado, e a questão do racismo é silenciosa, pouco debatida e discutida. A sociedade age como se não houvesse preconceito e discriminação, quando na verdade, o que existe realmente, é uma grande dificuldade de se lidar com o preconceito e a discriminação racial no país.

Dessa maneira, acredita-se que a presente pesquisa é bastante significativa, pois, quase ninguém admite ter atitudes discriminatórias, mas elas existem e não são poucas, e tais atos de violência acabam interferindo nas vidas das vítimas de uma maneira cruel, fazendo com que as mesmas comecem a se perceber como menores, menos capazes, desenvolvendo a partir daí vários quadros patológicos, físicos e mentais. Assim, nesse contexto extremamente conflitante e confuso, medidas que contribuam para a mudança desse quadro devem ser buscadas sempre.

RACISMO NO BRASIL

Como comentado anteriormente, por não existir no Brasil uma política extremamente segregacionista entre brancos e negros, como ocorreu em diversos outros países, como África do Sul e Estados Unidos, adota-se a crença de que todas as raças convivem com harmonia, igualdade e respeito no país (ALMEIDA, 2018). No entanto como adverte Schwarcz (2010, p. 28):

Desde a inserção do negro africano na América portuguesa, as práticas racistas tiveram como justificativas as teorias Teológicas e, posteriormente, científicas. Sabe-se que, nos últimos anos, a ciência busca desmistificar essas explicações, demonstrando que não há diferenças biológicas entre os seres humanos. Pode-se concluir que o preconceito contra negros e seus descendentes é oriundo de um contexto histórico de usurpação dos seus direitos e de uma construção paulatina de subjugação a partir da sua cor. (SCHWARCZ, 2010, p. 28)

Entretanto, mesmo existindo discriminação racial no país, os indivíduos preferem acreditar que é algo bastante pontual e de caráter privado, não na esfera pública e social. Na verdade, a discussão sobre raça no país não é assunto para a maioria das pessoas, por acreditarem não ser necessário, ou por ser um assunto politicamente incorreto. No entanto, o racismo no Brasil é um fenômeno bastante amplo e complexo, de difícil entendimento e enfrentamento.

Cabe destacar que quando se pretende discutir sobre o racismo e o preconceito, deve-se primeiramente ficar atento para as definições dos dois termos. Racismo, segundo o Dicionário Online de Português (2020) trata-se “de uma atitude hostil ou discriminatória em relação a um grupo de pessoas com características diferentes, notadamente etnia, religião, cultura etc.” Já o preconceito, é conceituado pelo mesmo dicionário como “a ideia ou conceito formado antecipadamente sem fundamento sério ou imparcial. Opinião desfavorável que não é baseada em dados objetivos”.

Diante desse entendimento, Medeiros, Borges e Dadesky (2019, p. 62) descrevem que “o racismo pode atingir diferentes graus de intensidade, indo de um simples pensamento até os casos mais extremos, de agressão física, por exemplo”. Dessa forma, o preconceito racial acaba gerando uma antipatia, que chega ao extremo da violência.

Pinto e Ferreira (2014, p. 260) discorrem que “o racismo, em virtude da cor da pele e de características fenotípicas, será a marca principal para justificar o tratamento diferenciado, para as pessoas que possuem o fenótipo da raça negra”. Os autores apresentam o estudo comparativo de Nogueira (1985) citado por Pinto e Nogueira (2014, p. 260) entre o Brasil e os Estados Unidos que apontou:

[...] que a cor será a marca principal da identificação racial, colocando as pessoas de um grupo em situação desfavorável em relação ao outro. Para esse autor, o preconceito pode ser identificado em duas modalidades: o preconceito de marca e o preconceito de origem. O primeiro, que ocorre frequentemente no Brasil, está associado ao preconceito de cor e em relação às características física, tomando como pretexto os traços físicos, a fisionomia, os gestos, o sotaque, o que determinará um tipo de preterição. Já o segundo, mais comum nos Estados Unidos, define que o sujeito só precisa descender de algum grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito levando a algum tipo de exclusão (NOGUEIRA, 1985 apud PINTO; FERREIRA, 2014, p. 260).

Observa-se que por meio de um processo histórico conjugado ao mito da democracia racial, foi desenvolvido no Brasil um racismo institucionalizado, que não é confessado. Cabe ressaltar que, no presente estudo, a palavra mito relaciona-se ao que não é verdadeiro, uma ideia falsa e distorcida da realidade (Ferreira, 2004). Tal fato ocorre devido a uma série de mecanismos utilizados que se baseiam na cordialidade, passando a ideia de que não existe racismo no Brasil, levando à falsa compreensão de que não se precisa adotar nenhum tipo de ação diante de tal situação. Nelson Rodrigues (1957) citado por Pinto e Ferreira (2014, p. 260) já preconizava:

Não caçamos pretos, no meio da rua, a pauladas, como nos Estados Unidos. Mas fazemos o que talvez seja pior. A vida do preto brasileiro é toda tecida de humilhações. Nós tratamos com uma cordialidade que é o disfarce pusilânime de um desprezo que fermenta em nós, dia e noite. (RODRIGUES, 1957 apud PINTO; FERREIRA, 2014, p. 260)

Assim, chega-se à constatação de que no Brasil existe uma forma nova de se expressar o racismo: o racismo cordial, que nada mais é do que a discriminação em relação aos não brancos, caracterizada por uma aparente cortesia que esconde atitudes de discriminação que acabam sendo expressas por meio de piadas, ditos populares, brincadeiras grosseiras, entre outros, sempre de natureza racial.

ASSUMIR-SE NEGRO COMO PROTEÇÃO À SAÚDE MENTAL

Faro e Pereira (2011) enfatizam que, mesmo quando se trata de pessoas negras que não se reconhecem como tal, e até entre os negros que possuem alta escolaridade e detêm elevados recursos financeiros, o racismo se faz presente, afetando-os.

Dessa forma, acordo com Werneck (2016), o negro, quando nega sua identidade racial, buscando a qualquer preço se adaptar ao padrão de vida imposta pelos brancos, estará aumentando o seu sofrimento psíquico, o que acabará acarretando num desgaste emocional, uma vez que não estará ileso ao racismo.

Werneck (2016) revela ainda que existe um processo de branquitude, que não se trata da cor da pele, mas na tentativa de um empoderamento. Desde os períodos de colonização europeia, os negros foram convencidos de que as boas características como beleza, bondade, humanidade, sucesso, inteligência, moralidade e ética, são inerentes aos brancos. A autora complementa que:

Embora não haja qualquer evidência da relação entre raça/cor e estas características, na vida social cotidiana não brancos são instados a alcançar o padrão da branquitude e, simultaneamente, impedidos pelo racismo estrutural de atingir estes objetivos, o que significa experienciar um sofrimento psíquico intenso, difuso e não nomeado, gerado por crenças persistentes de inadequação, desvalor, desamor e impotência (WERNECK, 2016, p. 538).

Assim, as pessoas negras alienadas racialmente, ou seja, aquelas que ainda não se tornaram negras, podem ser acometidas de comportamentos violentos e também de reproduzir racismo contra outras pessoas negras, buscando um reconhecimento ou benefícios da parte daqueles que elas consideram como representantes da branquitude (SMOLEN; ARAÚJO, 2017).

Podem também colocar sua saúde e integridade física em risco por meio de mudanças corporais como cirurgias plásticas, tratamento capilar com produtos químicos para alisar os cabelos, utilização de cremes com base de ácidos para clareamento da pele, buscando sempre atingir padrões inalcançáveis. Em tais situações extremas, a identidade racial está passando por um período turbulento e negativo, podendo produzir comportamentos autoagressivos, abuso do uso de drogas, depressão e ideias de suicídio (SMOLEN; ARAÚJO, 2017).

O estudo de Neuza Santos Souza, realizado em 1983, até hoje pode ser considerado como atual e de grande valia. Pois neste estudo, a autora deixa uma importante contribuição para o entendimento do processo de rompimento com a negação do racismo e o desenvolvimento de uma identidade racial saudável. A autora considera que o negro se tornará negro se

Viver a experiência de ter sido massacrado em sua identidade, confundido em suas perspectivas, submetido a exigências, compelido a expectativas alienadas. Mas é sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades (SOUZA, 1983, p. 18).

Jones e Neblett (2016) ressaltam que tornar-se negro, apesar de ser uma experiência individual, engloba toda a sociedade em três processos complexos, que se encontram elencados no Quadro I.

Quadro I. Processos para assumir-se negro.

Socialização racial – processo educativo sobre o significado de ser negro (com ênfase em aspectos positivos) e como lidar com a administração racial;
O desenvolvimento de identidade racial atribuída saudável, que consiste em incentivar e mediar a construção de atitudes e crenças raciais saudáveis para o indivíduo. Valores e afetos positivos em relação a si e seus pares negros, incluindo atributos físicos, cognitivos, afetivos e sociais. Ambos processos têm como resultado a construção de uma noção de si, do mundo e do futuro baseada no respeito, apreciação e valorização de suas características e herança racial;
Implementação de políticas amplas intersetoriais de enfrentamento do racismo estrutural, e na saúde a implantação da política nacional de saúde integral da população negra.

Fonte: Jones; Neblett (2016)

Assim, estes parecem ser procedimentos fundamentais para a promoção da saúde mental dos indivíduos negros. Dentro deste entendimento, todo o cuidado em saúde mental deve levar em consideração que ser negro numa sociedade racista suscita um sofrimento de base, contínuo e intenso, que deve ser abordado de maneira cuidadosa, por meio de estratégias variadas, para não se correr o risco de assumir atuações superficiais sobre os conflitos que geram grande sofrimento psíquico.

SOFRIMENTO PSÍQUICO DA POPULAÇÃO NEGRA E PSICOLOGIA

Santos, Schucman e Martins (2012, p.169) defendem que historicamente, no Brasil, a ligação entre raça e doença mental, adotada pela teoria e pela prática alienista do final do século XIX, fez com que muitos psiquiatras construíssem elos entre doença mental e as raças, que no período eram consideradas cientificamente inferiores. Os autores complementam que: “eram feitas associações entre característica étnico-raciais e tipos de caráter, atribuindo-se certas formas de doença mental como típicas de determinadas etnias-raças”.

Prevalencia, assim a concepção de que negros e mestiços eram propensos à loucura, por se tratarem de povos degenerados. Tal argumento acabou justificando e legitimando a adoção de dispositivos de controle social (ENGEL, 1999).

Dessa forma, através do pensamento eugenista, se determinava, preparava e justificava o tratamento a ser efetivado ao sofrimento psíquico do negro, pois não se podia interferir na etnia das pessoas, e na sua conseqüente destinação à loucura e à degeneração. O pensamento eugenista desconsiderava que o negro pudesse sofrer, para os eugenistas o negro apenas prosseguia no seu destino já determinado por sua genética. E, assim, por meio dessas concepções, “o sofrimento de minorias raciais permaneceu alheio à construção do conhecimento, às ciências humanas, por tempo demasiado longo” (DELFINO *et al.*, 2011, p.19).

Paradies *et al.* (2015) apontam que existem formas variadas de sofrimento psíquico nas populações negras, e que algumas vezes estas são similares e em outras diferentes em inúmeros aspectos. Tal entendimento se dá devido às peculiaridades da população negra, como por exemplo, a população negra urbana (tem os que moram no centro e aqueles que vivem em bairros periféricos, moram em favelas, nas ruas, etc.). Assim sendo, os autores, pontuam que estas características se juntam a algumas outras e acabam definindo o grau de proteção que o indivíduo possui contra o racismo, ou seja, aponta a maior ou menor vulnerabilidade a que o negro está sujeito. (PARADIES *et al.*, 2015)

Os autores supracitados descrevem que a experiência de ser negro ou negra, nessa sociedade racista, compromete significativamente a saúde mental, conforme demonstrado no Quadro II.

Dentro deste entendimento Munanga (2003, p. 10) discorre que tanto a Psiquiatria quanto a Psicologia ficaram alheias, assumindo um histórico de ausência, às questões que afetam as minorias étnico-raciais, assim como o lugar que estes ocupam na sociedade. As vítimas de preconceito racial e discriminação não recebem a devida atenção dessas ciências. “A Psicologia brasileira tem muito a produzir no conhecimento do racismo e suas conseqüências na estrutura psíquica tanto das pessoas-alvo quanto das perpetradoras do racismo” (MUNANGA, 2003, p. 10).

Masiero (2005, p. 205) relata o histórico papel basilar da Psicologia na formação do profissional:

Para além de sua suposta neutralidade, no passado ou no presente, a ciência pode servir a interesses de classes ou de justificativas para a segregação de minorias, sobretudo no Brasil, onde as teorias racistas foram cultivadas por uma elite intelectual motivada mais ideológica que cientificamente.

Tal fato leva ao atual aumento de intolerância racial no Brasil, acontecimento que terá um provável impacto na demanda de atendimento das pessoas vítimas de racismo, o que acaba reforçando a necessidade

Quadro II. Fatores que comprometem a saúde mental dos negros

A discriminação e o preconceito percebido isoladamente geram disparidades na saúde mental, ou seja, mesmo a pessoa negra com boa situação financeira e alta escolaridade apresenta sofrimento psíquico por sofrer racismo. Existe uma associação positiva entre racismo percebido/discriminação e depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós traumático;

Os transtornos mentais são mais frequentes na população negra do que na branca, com destaque para a psicose e transtorno mental comum. Geralmente, quando chegam aos serviços de saúde, recebem diagnósticos de maior gravidade e com comorbidades;

O racismo internalizado que é o desenvolvimento de uma identidade étnico-racial desvalorizada ou negativa, tem associação com o desenvolvimento de depressão maior;

Os negros apresentam maior nível de estresse crônico do que a população branca em todos os contextos, sendo que as mulheres negras referem mais estresse que os homens negros. Importante destacar que o estresse crônico tem relação com adesão aos comportamentos de risco à saúde (sexual, exposição à violência, abuso de drogas), com dificuldade de autocuidado, adoecimento crônico (doenças autoimunes, cardiopatias), contribui para a dificuldade de concentração que afeta a memória e a aprendizagem, e, crianças e jovens negros são diretamente afetados;

O racismo e a discriminação estão relacionados com o luto crônico, a ruptura dos vínculos afetivos, absenteísmo, desemprego e desespero.

Fonte: Paradies et al. (2015)

de se considerar as relações raciais pela Psicologia Clínica.

A pesquisa de Tavares, Oliveira e Lages (2013) é muito significativa, pois, retrata um, praticamente total, desconhecimento, por parte dos psicólogos a respeito da realidade da população negra. Muitos dos entrevistados desconhecem as políticas públicas voltadas para o benefício da população negra, o que levou os autores a concluir que esses profissionais lidam com esse tipo de população baseando-se em padrões completamente distantes da realidade negra. O estudo evidencia que existe um vazio na formação do psicólogo no que diz respeito às relações étnico-raciais, principalmente no que concerne às especificidades da saúde dessa população e o racismo institucionalizado, demasiadamente invisibilizado.

Delfino et al. (2011, p. 19) questionam em seu trabalho se os psicanalistas, inclusive os negros, estão preparados para o processo analítico da população negra. Advertem ainda que quando não atendem a clientes negros estão falhando, uma vez que tais clientes poderiam ser representantes de um mundo que proporcionaria novas leituras, que alcançariam muito além do corpo do negro. “Afinal, o inconsciente que estará sendo ouvido, não tem cor, nem sexo, nem idade” (DELFINO et al., 2011, p. 19).

Dessa maneira, deve ser realizada uma releitura das teorias euro-centradas que ainda habitam o imaginário coletivo, sob o viés das relações étnico-raciais, assim como a divulgação de teorias afrocentradas, para a formação de todos os profissionais que atuam na área de Saúde Mental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alguns segmentos da sociedade brasileira se encontram em contextos de alta vulnerabilidade e de danos de direitos, como a população em situação de rua, a comunidade lgbt (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) e a população negra. Assim, quando se busca inovar práticas e conceitos no processo de cuidado em saúde em Psicologia, deve-se, especialmente, focar o interesse naqueles com vulnerabilidades individuais, programáticas e sociais, muitas vezes associadas ao sofrimento psíquico e ao adoecimento mental.

As concepções racistas do século XIX e início do século XX, no que dizia respeito às características de personalidade ou perfil psicopatológico que se pretendia atribuir à população negra, ainda persistem na mentalidade da sociedade em geral, e o que é pior, entre alguns profissionais de saúde.

Mesmo que não seja aparente a divulgação destas crenças, a formação dos profissionais que atuam na área da Saúde Mental acaba reproduzindo o racismo científico ao negligenciar a análise da relação raça/cor da pele com adoecimento psíquico em seus cursos de licenciatura. Ou então, o que é mais grave, quando reduzem a análise a respeito da saúde mental da população negra, discutindo somente sobre o abuso de álcool e outras drogas.

No Brasil, o racismo institucional em saúde mental é evidenciado quando indivíduos pardos possuem a metade do número de atendimento dos brancos, e os negros aparecem com o dobro de taxas de mortalidade em relação aos brancos, por não terem acesso a um atendimento contínuo e de boa qualidade.

Evidencia-se também que quando existe expressiva subnotificação relativa à raça e cor da pele dos usuários, ou quando são utilizados critérios de diagnóstico e procedimentos terapêuticos, estes não consideram os sintomas como um fenômeno histórico-social-político, onde se precisaria, antes de tudo, mudar a cultura e as instituições estruturais buscando narrativas que privilegiassem essa população.

Tem-se constatado que, geralmente, a relação entre saúde e raça, e principalmente entre saúde mental e raça é um tema muito pouco explorado no cotidiano clínico do Brasil, muito provavelmente em consequência do mito da democracia racial brasileira. Dessa maneira, constata-se que o descaso racial tem adentrado à prática clínica ao longo dos anos, por esse motivo, ainda é inexistente a obrigatoriedade de se declarar a cor/raça do paciente, na coleta inicial dos dados de cadastro, perpetuando um injusto processo de homogeneização, como se todos os indivíduos fossem iguais.

Diante do exposto, observa-se ser urgente a adequação dos currículos dos cursos de formação de Psicologia, levando-se em consideração às reais necessidades, anseios e perspectivas da população negra, que atualmente vem representando uma maioria numérica da população do Brasil, sendo também, a principal clientela do Sistema Único de Saúde (SUS).

Há, portanto a necessidade de que o racismo seja combatido também nas instituições de ensino, e o melhor meio para se conseguir este intento será através da informação, reflexão e debates sobre o tema. Ao longo da história, como visto no decorrer deste estudo, o negro tem sido vilipendiado. Assim, o racismo institucional está presente nas políticas que não levam em consideração os diferenciados perfis de adoecimento e morte entre a população branca e negra, assim como na formação dos profissionais de saúde que não são preparados sobre questões raciais e, na questão do mau atendimento por falta de atenção ou por descaso. Assim, os profissionais de Psicologia deverão ser levados a observar mais atentamente essas práticas tão discriminatórias e reprodutoras dos mecanismos racistas na sociedade brasileira.

Acredita-se que novos estudos devam ser desenvolvidos, porque, é bastante restrita, a literatura disponível que se concentra apenas nas consequências maléficas, que o preconceito e a discriminação racista provocam na saúde mental e no sofrimento psíquico da população negra.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. Racismo e Preconceito. (2020). Disponível em: <https://www.dicio.com.br/racismo/#:~:text=Significado%20de%20Racismo,outras%20ra%C3%A7as%20e%20Fou%20etnias>. Acesso em: 06 nov. 2020.

DELFINO, E. M. et al. Violência e questão racial no Brasil: uma leitura psicanalítica. *Reverso*, n. 23, v. 48, p. 17-23, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&pid=S1414-9893201800030045000012&lng=en. Acesso em: 12 nov. 2020.

ENGEL, M. G. As fronteiras da anormalidade: psiquiatria e controle social. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, n. 5, v. 3, p. 547-563, 1999. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010459701999000100001&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 08 nov. 2020.

FARO, A.; PEREIRA, M. E. Raça, racismo e saúde: a desigualdade social da distribuição do estresse. *Estudos de Psicologia, Natal*; v. 16, n. 3, p. 271-278, Dec. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/epsic/a/tNVbv6Bxm9qrXSZdf4SMWxt/?lang=pt>. Acesso em: 12 nov 2020.

FERREIRA, A.B.H. *Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa*. 6ª ed. revisada e ampliada. Curitiba: Posigraf, 2004.

JONES, S. C. T.; NEBLETT, E. W. Future Directions in Research on Racism-Related Stress and Racial-Ethnic Protective Factors for Black Youth, *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology*; n. 46, v. 5, p. 754-766, 2016. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27145002/>. Acesso em: 12 nov. 2020.

MASIERO, A. L. A Psicologia racial no Brasil (1918-1929). *Estudos de Psicologia*, n. 10, v. 2, p. 199-206, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2005000200006&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 06 nov. 2020.

MEDEIROS, C. A.; BORGES, E.; DADESKY, J. *Racismo, preconceito e intolerância*. Rio de Janeiro: Saraiva, 2019.

MUNANGA, K. Prefácio. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. (Eds.). *Psicologia social do racismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p. 9-11

PARADIES, Y. et al. Racism as a Determinant of Health: A Systematic Review and Meta-Analysis. *Plos One*, n. 10 v. 9, p. 1-12, 2015. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4580597/>. Acesso em: 15 nov. 2020.

PINTO, M. C. C.; FERREIRA, R. F. Relações Raciais no Brasil e a Construção da Identidade da Pessoa Negra. *Pesquisas e Práticas Psicossociais, São João Del Rei*; n. 9, v. 2, p. 257-267, 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180989082014000200011 Acesso em: 12 nov. 2020.

SANTOS, A. O.; SCHUCMAN, L. V.; MARTINS, H. V. Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, n. 32 (esp.), p. 166-175, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000500012. Acesso em: 18 nov. 2020.

SCHWARCZ, L. M. *O Racismo no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2010.

SMOLEN, J. R.; ARAUJO, E. M. Raça/cor da pele e transtornos mentais no Brasil: uma revisão sistemática. *Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro*; v. 22, n. 12, p. 4021-4030, dez. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S141381232017021204021&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 16 nov. 2020.

SOUZA, N. S. *Tornar-se negro. As vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

TAVARES, N. O.; OLIVEIRA, L. V.; LAGES, S. R. A percepção dos psicólogos sobre o racismo institucional na saúde pública. *Saúde em Debate*, n. 37, p. 99, p. 580-587, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010311042013000400005&script=sci_abstract&lng=pt Acesso em: 12 nov. 2020.

WERNECK, J. Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde Social*; v. 25, n. 3, p. 535-549, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902016000300535&script=sci_abstract&lng=pt